CONSTRUINDO LIBERDADES: LUTAS ANTIESCRAVISTAS E ABOLICIONISTAS POR MULHERES NEGRAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

BUILDING FREEDOM: ANTI-SLAVERY AND ABOLITIONIST STRUGGLES FOR BLACK WOMEN IN 19TH CENTURY BRAZIL

Clarissa Pires[1]

RESUMO: Ao longo do século XIX, do norte ao sul do Brasil, as mulheres negras - livres, forras e cativas – atuaram de diferentes maneiras no processo que desencadeou a Lei Áurea em 1888. Neste sentido, o presente artigo tem por intenção lançar luz sobre a participação das mulheres negras nas lutas cotidianas e populares, individuais e coletivas, travadas contra a instituição da escravidão, a desigualdade de gênero e a discriminação socioracial no país, considerando a interseccionalidade entre o gênero, a raça e a classe social na dialética da dominação escravista. O desafio proposto consiste em revelar as contribuições do materialismo histórico à escrita da história das mulheres negras e observar trajetórias ímpares pautadas na busca pela liberdade.
PALAVRAS CHAVE: Mulheres Negras; Ensino de História; Abolicionismo; Antiescravismo.

ABSTRACT: Throughout the 19th century, from the north to the south of Brazil, black women - free, free and captive - acted in different ways in the process that triggered the Golden Law in 1888. In this sense, this article aims to shed light on the participation of black women in everyday and popular struggles, individual and collective, fought against the institution of slavery, gender inequality and socio-racial discrimination in the country, considering the intersectionality between gender, race and social class in the dialectic of slave domination . The proposed challenge is to reveal the contributions of historical materialism to the writing of the history of black women and observe unique trajectories based on the search for freedom.
KEYWORDS: Black Women; History Teaching; Abolitionism; Anti-slavery.

É evidente que ao falar-se das lutas pela “emancipação da mulher” significa implicitamente que ela é oprimida, explorada (MACHEL, 2019, p.213). A própria literatura sobre as mulheres esteve baseada por muito tempo no que se esperava sobre suas características estéticas (a beleza), morais (a virtude) e excepcionalidades (os heroísmos) dentro dos limites impostos ao universo feminino pela sociedade patriarcal do ocidente. De acordo com Michelle Perrot

[1] Doutoranda – Programa de Pós-graduação em História Comparada - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/PPGHC - Brasil. E-mail: clarissa.pires@live.com

(2005, p. 13), o conjunto destas concepções revela de forma geral que a natureza do estatuto feminino teve por base uma espécie de "lei do silêncio", resultante da ordem das hierarquias sociais e do *status quo* legitimado à luz da Europa e dos homens que as imprimia o caráter de passividade e exclusão.

Apenas com a consolidação da História enquanto ciência portadora de fontes, métodos, técnicas e instrumentos próprios para a pesquisa e enunciação, as mulheres passaram a ser gradualmente – e em passos lentos - integradas ao relato histórico (MOTT, 1991, p.17). O mundo feminino foi lido e narrado, muitas vezes, pela pena masculina visto o acesso bastante limitado à educação e à escrita pública pelas mulheres, além dos fatores (SAFFIOTI, 1976, p.19-20).

O discurso prevalescente sobre a natureza feminina foi então formulado desde fins do século XVIII e imposto à sociedade burguesa em ascensão de forma a definir para esta mulher duas atribuições possíveis, em linhas gerais. De um lado, a mulher maternal e delicada como força do bem e de outro, a usurpadora de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas como força do mal (TELLES, 2009, p.403). Sujeitos aquém da cultura e da memória por longa data que, a partir do século XIX, buscavam se afirmar entre os movimentos da história e da historiografia.

Este processo, porém, não se estendeu a todas as mulheres uma vez que não tratou imediatamente das várias dimensões e contradições existentes no interior da própria condição feminina. Há uma diferença dentro da diferença na qual o antagonismo homem *versus* mulher não é suficiente para explicar contradições neste grupo não uniforme e não integrado (TOLEDO, 2003, p.16-17). A falsa oposição entre a luta antirracista e o movimento feminista do século XX, por exemplo, bloqueou em certa medida a convergência dos seus potenciais de mobilização, assim como o paradoxo feminismo/marxismo tornou-se motivo de dissenso entre ativistas e estudiosos diante de obstáculos ideológicos e epistemológicos, apesar das ramifações comuns.

"Então, como enquadrar o marxismo à escrita da história das mulheres negras no Brasil do século XIX?" – pode-se perguntar o(a) leitor(a). Em primeiro lugar, o marxismo enquanto adjetivo referido aos teóricos do materialismo histórico será adotado como uma forma de entender a história (os homens no tempo) e de fazer a História (a ciência dos homens no tempo) (BARROS, 2011,

p.18). Os princípios do marxismo serão adotados para partilhar da sua perspectiva materialista, histórica e dialética no palco da ação política e da luta pela emancipação humana organizada por indivíduos e/ou grupos sociais no seu tempo, seu espaço e de acordo com as ferramentas que lhes são apresentadas na vida cotidiana.

Para que não se confunda a reação do oprimido com a violência do opressor, o conjunto das ideias aqui apresentadas tem por finalidade tornar visível e popular a história das mulheres negras no Brasil, bem como delinear o papel social que cumpre este conhecimento na luta antirracista do Brasil atual. Assim, as diferenças e das desigualdades que compõem o universo feminino serão realçadas ao ponto de destacarmos experiências, atuações e legados singulares no quadro geral do movimento da História para além de uma visão eurocêntrica e universalizante sobre o gênero.

Segundo o princípio de que as mulheres negras estão envolvidas pela dinâmica material e concreta da sociedade, partiremos do princípio de que estas formam uma camada social despossuída do poder material e espiritual/cultural dominante de cada época, como ainda estão submetidas a particularidades gestadas e desdobradas da experiência da escravidão moderna africana pelo colonialismo nos limites da experiência de gênero.

> O colonialismo não nos veio ocupar com o objetivo de nos prender, de nos chicotear ou nos dar palmatoadas. Ele invadiu-nos, ele ocupou-nos com o objetivo de explorar as nossas riquezas, explorar o nosso trabalho. Para nos explorar, para suprimir a nossa resistência à exploração e impedir uma revolta contra ela, introduziu então o sistema de opressão. (...) Dentro do processo surge então a humilhação e o desprezo, porque aquele que explora e oprime tem tendência a humilhar e desprezar a vítima, considerá-la como naturalmente inferior. Aparece o racismo, forma suprema da humilhação e do desprezo (MACHEL, 2019, p.213).

E é justamente a experiência da subordinação social forçada pelo colonialismo, como observa Samora Machel, a responsável por alimentar nesta parcela da população uma insubordinação particular, contrária à humilhação, ao desprezo e ao racismo. No caso específico do Brasil, tal insubordinação pode ser entendida como uma “tarefa política de protesto negro”. Aquela que se atenta

às sequelas do escravismo na formação da sociedade, de forma a superá-las e absorvê-las, onde somente o indivíduo negro compreende a natureza do problema e tem condições psicológicas de enfrentá-lo sem mistificações... onde o indivíduo negro é o único capaz de lutar por sua solução integral (FERNANDES, 1989, p.33).

Cientes de que as mulheres que atribuem ao "protesto negro" um caráter ainda mais particular pelo encontro interseccional entre o gênero, a classe e a raça em suas experiências históricas, apresentaremos a seguir trajetórias que se destacam no universo do século XIX.

Marxismo, a condição feminina e a questão racial

Entre as reflexões e estudos de viés marxista, há consenso de que todo poder dominante provém do grupo social que controla os mecanismos de produção, resultando no domínio geral das ideias, dos valores de cultura e da potência espiritual. Os pensamentos da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes (MARX; ENGELS, 2008, p.17) e deste modo pode-se entender que a emancipação da mulher – tema de interesse deste artigo - não possui apenas uma dimensão restritamente econômica. A dimensão política, cultural e social é também elemento fundamental no processo, uma vez que as relações materiais dominantes associam-se às ideias dominantes de cada época.

Intelectuais como o próprio Karl Marx, Fredrich Engels, Vladimir Lênin, Clara Zetkin, Karl Kautsky, Rosa Luxembrugo e Alexandra Kollontai, entre outros, já chamavam a atenção para tal dado e estabeleceram linhas teóricas gerais sobre a luta pela libertação e direitos das mulheres e dos negros de forma articulada à luta pelo socialismo em fins do século XIX e início do século XX. Suas ideias estão fundamentadas na assertiva de que a opressão à mulher é anterior ao surgimento do próprio capitalismo enquanto sistema econômico visto que a sua origem está na divisão da sociedade em classes sociais. Nas palavras de Lênin, não poderia haver socialismo ou democracia integral "enquanto as

mulheres não fossem chamadas a participar livremente da vida pública em geral" (LÊNIN, 1979, p. 101).

A diferenciação entre a ideia do sexo biológico e do que é inerente ao gênero – isto é, o papel social da mulher – passou a ser definida como uma construção histórica e sociológica na propaganda da limitação das identidades (masculino e feminino) que retratam posições socioculturais estereotipadas quanto ao corpo biológico (SCOTT, 1995, p.72-74). Temas pré-concebidos como casamento, a família e a maternidade eram – e são – atribuídos ao grupo por uma cultura que se encarrega de manter costumes e conservar hierarquias sociais em benefício da parcela dominante da sociedade.

Aos olhos dos marxistas, a raiz da opressão às mulheres estaria, portanto, em seu papel nuclear na família em sociedades de classe por conta do papel de "reprodutoras" biológicas em um *status quo* de subordinação perante a família e a sociedade. Uma exclusão milenar responsável pela naturalização da desigualdade e estabelecida como forma primeira de equilíbrio social no desenvolvimento da sociedade ocidental (ENGELS, 2014).

No âmbito historiografia, o conceito do materialismo histórico acena como possibilidade de construir narrativas atentas às ações coletivas e individuais contra as diferentes formas de dominação e aos mecanismos invisíveis que aprisionam e determinam, em última instância, o próprio destino destes mesmos grupos e indivíduos (BARROS, 2011, p.11). É a realidae a pedra de toque do pensamento materialista histórico, não o contrário. Entende-se, assim, a existência de uma matriz no pensamento marxista para a reflexão estrutural da dinâmica da sociedade.

A crítica liberal que por vezes se coloca ao marxismo refere-se à sua essência atrelada à identidade branca e predominantemente masculina no processo da sua formulação "clássica" entre autores mencionados nas páginas anteriores. Ao contrário do que apregoam tais leituras, já nas obras de Engels, Marx, Lenin, Luxemburgo, entre outros, as relações entre o racismo, nacionalismo, colonialismo e a formação da economia capitalista aparecem como temas de destaque por entenderem os autores que o fenômeno do racismo nada mais é do que uma relação social que se estrutura política e economicamente (ALMEIDA, 2016, p.23).

Considerando a ideia matriz de que uns [dominados] são preteridos em favor de outros [dominantes] no que podemos entender como luta de classes que estrutura esta mesma sociedade, o marxismo como ferramenta teórico-metodológica contribuirá para a consideração de que, enquanto agentes históricos, as mulheres negras são capazes de intervir proativamente no tempo e no espaço em que estão inseridas de forma a negociar signos culturais, simbólicos e religiosos que vão de encontro à instituição da escravidão.

Deve-se pensar, portanto, em marxismos. Isto é, um mesmo arcabouço teórico que se desdobra em ideias plurais e apresenta múltiplas chaves explicativas sobre os diferentes temas aos quais se debruça. Trata-se de reconhecer as bases do pensamento nas concepções de Marx e entender que a partir delas, ícones como os de Angela Davis nos Estados Unidos e Lélia Gonzalez no Brasil para a teoria clássica feminista e negra, despontaram no interior do marxismo.

Um elemento importante a ser considerado é o cenário das conquista de novos espaços pelas mulheres na sociedade ao longo do século XX e o contexto das revoluções, guerras mundiais, sufrágio universal, movimentos sociais - sobretudo o movimento feminista – estimularam a recuperação das trajetórias das mulheres por pesquisas da disciplina histórica. Interessam-nas as mulheres, no plural, pois o fundamental nesta particularidade é o reconhecimento da multiplicidade das origens socioculturais das mesmas.

Tal movimento traz consigo importantes questões à escrita da história sob o intuito de sugerir uma modificação da história ao incluir o contingente feminino na própria história e confrontar o “homem branco civilizado”, tido como sujeito universal e objeto central do conhecimento. Não obstante, os estudos de precisão histórica buscam lições e trazem esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação (DAVIS, 2016, p.17).

Deve-se considerar também o cenário que se anunciava à população negra na década de 1970. A instabilidade dada pela repressão da ditadura civil militar e as disputas no campo político da oposição ocasionaram certa desarticulação do movimento negro organizado em nome da luta coletiva pela

democracia, isto é, as particularidades de cada movimento social passaram a ocupar um segundo plano em razão das campanhas pela democracia.

> (...) tínhamos três tipos de problemas, o isolamento político, a ditadura militar e o esvaziamento dos movimentos passados. Posso dizer que em 1970 era difícil reunir mais que meia dúzia de militantes do movimento negro (DOMINGUES, 2007, p.111).

Militantes negros foram estigmatizados e acusados pelos militares de "criar o problema do racismo" no Brasil, que supostamente não existia. Suas lutas por direitos sociais para a população negra foram consideradas inimigas do governo e muitos dos seus militantes foram presos na época, enquanto as ativistas feministas negras foram acusadas de fragmentar tanto a luta feminista quanto a luta contra a discriminação racial (NEPOMUCENO, 2013, p.90). "Enegrecendo o feminismo" é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro (CARNEIRO, 2003, p.118).

Um olhar atento é capaz de perceber que tal estigma reproduz a centenária ideia da "classe perigosa" surgida na segunda metade do século XIX no Brasil para tratar da população pobre e negra marginalizada. Nos discursos da época oitocentista, esta parcela da sociedade, como bem resume Chalhoub (1996), era tratada através de uma equação simplista: "os pobres carregavam os vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeira, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos" (CHALHOUB, 1996, p.22).

Assim, legitimava-se no *status quo* a violência e repressão aos negros e pobres tanto no passado, quanto no presente pelas memórias da escravidão muito presentes no processo de formação da sociedade brasileira. Segundo Sueli Carneiro (2003, p.117-118), o movimento de mulheres tem uma das melhores performances entre os movimentos sociais no Brasil que pode ser ilustrado pelas inovações em políticas públicas e aprovação de propostas democráticas na Constituição de 1988, popularmente conhecida como Constituição cidadã.

As pressões sociais para a instauração de cursos nas universidades direcionados aos estudos das mulheres somadas às reivindicações por direitos civis, o ingresso da população negra nas universidades e ampliação da

participação nos espaços públicos e políticos por negros e mulheres são elementos fundamentais para compreender a mudança de perspectiva no olhar lançado por estudos acadêmicos sobre mulheres negras no Brasil.

Contrariando a ideia dos corpos negros serem retratados como “bens de capital” em relação à instituição da escravidão, a historiografia passa a oferecer um olhar à realidade no qual as mudanças estruturais e a agência dos indivíduos são vistos como pontos convergentes e indissociáveis na sucessão dos eventos da história da população negra desde os tempos da escravidão.

De acordo com Marquese e Salles (2016, p.100), esta historiografia está fortemente marcada por um duplo movimento. Ao mesmo tempo em que se verificou o início da profissionalização do ofício do historiador pela criação dos primeiros cursos de pós-graduação do país, verificou-se também a chegada de uma forte tradição ensaística que procurava entender o papel fundador da escravidão africana na formação da história do Brasil. Um consenso, porém, havia de ser brevemente estabelecido:

> A manutenção da escravidão e a restrição legal do gozo pleno dos direitos civis e políticos aos libertos tornavam o que hoje identificamos como ‘discriminação racial’, uma questão crucial na vida de amplas camadas das populações urbanas e rurais do período (MATTOS, 2000, p.21).

As novas perspectivas acerca da escravidão no Brasil que iam desde modelos explicativos diversos da economia escravista até a análise da escravidão como ideologia (CARDOSO, 1988, p.16-55), propuseram então reflexões conclusivas de que esta é uma história constantemente reescrita por portar um “presentismo” inegável. As relações raciais a partir da experiência da escravidão se tornam tema mais, a historiografia na década de 1970 supera o debate sobre o caráter feudal ou capitalista da sociedade colonial brasileira e novos discursos se sobressaem. Em seu lugar, consolidam-se conceitos como o de *agência escrava* da escola paulista para pensar à nível sócio-político um novo tipo de abordagem da história a partir da atuação dos indivíduos escravizados (COSTA, 1982).

Cada vez mais os estudos – seja sobre a escravidão, o pós abolição, os estudos feministas e os de ensino de história, particularmente – passaram a questionar a negligência que fez desaparecer o tom da pele e excluir

personagens negros dos livros de história, assim como suas lutas e projetos. A relação entre a militância do feminismo negro, a atuação dos movimentos sociais e as atividades acadêmicas identifica-se como uma chave explicativa para os novos estudos uma vez que

> O feminismo negro vai operar um duplo movimento, que se mostra fundamental para o alargamento de perspectivas teóricas no campo da teoria social: tira o domínio das classes sociais a chave explicativa para pensar as discriminações e as hierarquias e insere a dimensão racial no escopo das reivindicações de gênero. Desse modo, nasce com uma proposta radical, pois interpela, de um lado, análises e políticas presas apenas à visão de classe e, de outro, põe em questionamento a visão universalista de gênero que teve primazia na política antissexista na primeira metade do século XX (BORGES, 2016, p.48).

Análises estas que por vias diversas colocam em cena a exclusão do capital sob a percepção mais apurada da lógica do cruzamento destes sistemas de opressão de gênero, raça e classe que nos levam ao conceito de interseccionalidade. Com isso, podemos estabelecer alguns pontos básicos para o debate: a) esta é uma das ferramentas teórico-metodológicas possíveis para compreensão do tema; b) o conceito não estabelece um somatório ou uma hierarquia entre opressões; c) as abordagens interseccionais não são homogêneas entre si; d) para as teóricas marxistas, “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro” como afirmava Karl Marx (2004, p.372).

Com base no pensamento da estadunidense Angela Davis (2016) podemos concluir que a questão de classe se apresenta como marcador social da raça e do gênero tendo em vista a divisão do trabalho com base no modelo da escravidão e a deturpação do sistema de justiça no pós-abolição que manteve marginalizada a população negra. Para uma abordagem sobre a sociedade brasileira, o discurso de Lélia Gonzalez (1988) se destaca pela capacidade de enxergar no colonialismo a base para a produção desigual de lugares sociais que subordinam a população negra, em especial as mulheres negras, no plano da vida cotidiana. São, portanto, experiências de vida mais vulneráveis entre os pilares da sociedade, geradas pela coalizão das opressões na experiência do ser feminino, negro e original de classes populares.

O gênero é vivenciado de maneira diferente porque possui desafios adicionais pelo racismo, capitalismo e hétero-patriarcado, que devem ser pautados com a clareza da sua interação e de seus efeitos políticos-legais no quadro das relações de poder entre dominantes e dominados. Apoiaremo-nos nas ideias de E. P. Thompson (2001) sobre o aspecto relacional das classes enquanto componentes da estrutura social para pensar a dimensão da classe para o século XIX nos seguintes termos:

> Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 2001, p.274).

Do ponto de vista aqui assumido, a classe deve ser pensada como categoria heurística e formação histórica empírica. Em meio a esta dinâmica de reprodução das estruturas de poder e dominação, os caminhos de liberdade construídos por mulheres negras partem da luta de classes – isto é, tensões, antagonismos e disputas entre classes dominantes e subalternas - ilustrando a totalidade orgânica do conjunto complexo e múltiplo da população afrobrasileira e feminina do século XIX no Brasil.

A escolha dos exemplos citados não foi aleatória uma vez que todas estiveram ligadas diretamente ao mundo da escravidão na condição de escravizadas ou filhas de ex-escravas que se utilizaram das esferas de poder, como a jurisdição e a intelectualidade, na busca da liberdade para si e seus iguais. São algumas histórias de mulheres negras livres e cativas, do norte ao sul do país, que chamam a atenção sobre as formas de participação política no Oitocentos e tornam visíveis a resistência da mulher contra a escravidão juntamente aos sinais de liberdade por elas inventados.

O antiescravismo e as lutas individuais

A rigor, as nuances da segunda metade do século XIX imprimiram um novo ritmo ao cotidiano ocidental. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, novas ideias relacionadas ao liberalismo estimularam a busca pelo bem-estar material e a crença nas ideias de modernidade, progresso, civilização, ciência e trabalho livre em contraposição ao regime da escravidão (MATTOS, 2000, p.10-13).

No Brasil especificamente, surgiam as primeiras críticas mais radicais à escravidão, à ordem social e à monarquia como parte desta conjuntura. Momentos marcados pela intensificação das pressões internacionais, das tensões políticas-econômicas e dos conflitos sociais acerca da questão escravista no país. Mesmo sob a aparência de estabilidade, conciliação e prosperidade da elite, a preocupação latente do II Reinado a partir da década de 1850 era a de buscar alternativas para a questão do trabalho (COSTA, 2010, p.13-22). Diferentemente da extinção da escravidão nas instituições dos Estados Unidos da América meio século antes, por exemplo, o término do tráfico legal da escravidão no Brasil exerceu grande efeito na economia e no sistema escravista (CONRAD, 1975, p.38).

A abolição do tráfico em 1850 representou um impacto imediato no preço e na oferta dos escravos, sobretudo, nas zonas rurais onde a demanda era maior. Estima-se que em 1850 pagava-se de quinhentos a seiscentos mil-réis por um homem escravo entre quinze e trinta anos de idade, enquanto em 1860 o preço seria de um conto e quinhentos de réis e no fim da década de 1870, atingiu o valor de dois contos e meio de réis. Quanto aos escravizados letrados ou especializados em um ofício, poderiam valer ainda mais custando aos compradores até três contos de réis (COSTA, 2010, p.33).

A despeito dos obstáculos de aquisição da mão de obra, é importante considerar que os habitantes das cidades eram no geral menos dependentes do trabalho compulsório e o encaravam como entrave ao projeto de modernização da sociedade pautado na industrialização, mão de obra assalariada e idealização da cultura europeia.

Diante de tais valores e ideias, os senhores de engenho passaram a preocupar-se mais com o tratamento dado aos escravos. Ao longo dos anos,

foram multiplicadas estratégias para solucionar a escassez gradual da mão de obra escrava tais como manuais de instrução de melhores tratos aos escravos para os fazendeiros, ideias de “reprodução sistemática” dos escravos, o emprego do trabalhador livre nacional, o incentivo à política de imigrantes, o incentivo aos casamentos entre escravos e, principalmente, a prática do tráfico interprovincial no Brasil.

> O que aconteceu foi o uso espontâneo de escravos disponíveis, incluindo filhos não planejados. (...) as províncias exportadoras do Brasil, não conseguindo organizar uma indústria potencialmente lucrativa, aumentaram as populações de escravos das províncias mais importantes apenas marginalmente, com São Paulo sendo a única e notável exceção (CONRAD, 1975, p.45).

Ou seja, a contínua expansão do café no Centro-Sul, impulsionada pela demanda do mercado internacional, fazia com que o problema da escassez mão de obra fosse se tornando cada vez mais agudo nesta região. Os desdobramentos deste contexto de transformação das fazendas de cana em fazendas de café em grande e rápida escala provocaram a concentração da mão de obra escrava disponível na lavoura cafeeira e abandonaram o plantio de gêneros de primeira necessidade (COSTA, 2010, p.177). Gêneros alimentícios como arroz, feijão, açúcar e farinha de mandioca declararam a crise inflacionária e o momento de carestia que atingiu o país de norte à sul durante a transição das décadas de 1850 e 1860, somando-se à alta do preço dos escravos imputada pela cessação do tráfico.

O protagonismo histórico das mulheres negras no Brasil data desde sua chegada como força de trabalho escravizada na tentativa de sua própria sobrevivência. Afirmaram sua humanidade de modo combativo nos quase quatro séculos de escravidão por diferentes vias desde a resistência ao assédio sexual dos homens brancos, a defesa da sua família, a participação decisiva em paralizações e rebeliões até da resistência às diferenças com as mulheres brancas (DAVIS, 2016, p.31).

As variadas atividades das mulheres negras cativas permitiam a organização de motins, participação em fugas, organizações quilombolas e resistências cotidianas, como o caso exemplar da escrava Caetana na província de São Paulo. Na célebre obra *Caetana diz não (2005),* a pesquisadora Sandra

Graham da Universidade da Califória nos Estados Unidos apresenta ao público leitor relatos sobre a vida cotidiana de mulheres negras escravizadas que resistiram ao cativeiro no Brasil. Dentre elas, a história da jovem escrava doméstica de uma fazenda de café no Vale do Paraíba se destaca por recursar-se a cumprir os mandados de seu senhor sobre casar-se com um jovem escravizado da fazenda.

O casamento é realizado, mas Caetana “diz não” para relações sexuais a seu contragosto. Com a atitude, desafiou as “obrigações matrimoniais” e pouco tempo depois solicitou junto ao Tribunal Eclesiástico a anulação do seu casamento indesejado no ano de 1834 até que em 1840, o Tribunal concede a sua anulação (GRAHAM, 2005, p.23-25). Este se tornou caso único envolvendo escravos no Brasil, salientando uma forma incomum de rebelar-se contra o regime escravista: contrariar a autoridade masculina dos senhores proprietários na lógica do casamento entre escravizados para procriação de mão de obra a partir das instituições do próprio Estado, como a Igreja. A luta de Caetana foi vitoriosa também no sentido de afirmar a decisão pessoal de uma mulher que não queria casar ou, no limite, ter o direito de escolher com casar.

Importante destacar a diferença sumária entre mulheres brancas e negras do século XIX: se as mulheres brancas lutavam por atuação na vida pública para além dos limites do lar e do papel social esposa-mãe, as mulheres negras já participavam da cena urbana há tempos como trabalhadoras em regime compulsório lutando contra violências provocadas também por mulheres brancas proprietárias. A trajetória de Pulquéria em São Mateus, no Espirito Santos, em 1885 ilustra a tensão intragênero.

Por conta dos maltratos vividos na fazenda da senhora Leocádia e dos abusos sexuais sofridos pelo senhor proprietário, Pulquéria decidiu colocar fim à própria vida adotando o suicídio como arma de resistência ao sistema escravista após ser pega em uma tentativa de fuga no paiol da fazenda... temendo ser castigada, suicidou-se. Cortou a própria garganta com uma faca (MOTT, 1991, p.31) e assim libertou-se da escravidão.

A fuga e o suicídio foram formas de resistência constantes e razões não faltavam: excesso de trabalho, falta de comida, péssimas condições de vida, violências físicas, morais e espirituais, castigos, separações, esperança.

Milhares de escravizados viam na morte a solução para pôr fim à vida escrava e assim o fizeram tanto consigo, quanto para com seus senhores. E ainda as fugas se estabeleciam como caminho para a construção de uma vida mais próxima da liberdade e medida para lesar o senhor, desorganizando o trabalho e causando despesas com anúncios em jornal e buscas por capitães do mato (MOTT, 1991, p.33).

O caso de Ovídia é uma boa ilustração deste cenário. Nas zonas rurais era comum a prática da fuga de escravos para a cidade fazendo-se passar por recém-chegados ou libertos. Em Taubaté, interior de São Paulo, Ovídia, a escrava, conseguiu fugir do cativeiro em direção à cidade fazendo-se passar por Benedicta Maria Albina da Ilha, a liberta, no ano de 1880. O movimento da fuga de Ovídia como escrava na zona rural e a sua reinvenção como liberta na cidade denota a importância do debate acerca dos processos de construção das múltiplas identidades femininas no centro-sul do Império (MACHADO, 2010, p.157-193).

Já Josepha, levada do Ceará ao Rio de Janeiro pelo tráfico interprovincial de escravos nos anos 1870, teve a história marcada pela ideia da gestação da liberdade após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). Diante das contradições e brechas encontradas na legislação a respeito das crianças nascidas livres a partir da data em que foi promulgada a lei, coube às mulheres negras esforçar-se para traduzir as promessas da liberdade em uma realidade para seus filhos e filhas (COWLING, 2018, p.37).

Josepha havia alcançado a própria alforria por ter levado seus proprietários aos tribunais para responder processos legais quanto ao cativeiro. E quando sua filha gestada em “ventre livre”, Maria, completou dez anos, Josepha travou uma luta inédita nos tribunais da Corte: disputou legalmente a guarda argumentando, por intermédio de seu advogado, que José Gonçalves de Pinho era abusador da menina e negligente. Desde que chegou ao Rio de Janeiro, Josepha trabalhava como passadeira de roupa na casa da família Gonçalves de Pinho, mas amparou-se na própria lei de 1871 uma vez que a família havia “perdido o direito” sobre a menina e sobre o uso dos seus “serviços” quando a violência do gênero e da raça materializaram-se no estupro da criança.

Segundo Camillia Cowling (2018, p.31), o caso repercutiu entre vários juízes do Rio de Janeiro, envolveu uma série de pessoas como testemunhas favoráveis às mulheres negras e levou dois anos para receber o veredicto final de que Maria estaria sob a guarda integral de Josepha até que completasse 21 anos de idade. A emancipação pelo ventre foi sensível às mulheres da geração 1870 na retórica do antiescravismo, ainda que fosse uma medida gradual dentro de uma sociedade escravista e não exercesse impactos estruturais imediatos. No caso de Josepha e Maria, pode-se observar a luta de uma mãe pela guarda da filha contra a violência do senhor ao mesmo tempo em que exigia direitos constitucionalizados como medida de proteção e no gozo dos limites da cidadania aplicáveis à população negra livre.

Casos como estes esclarecem que a instituição da escravidão era soberana, mas que a resistência à mesma foi um elemento sistemático ao longo de toda a sua duração e praticada de diferentes formas, através de diferentes ferramentas em nome da reinvenção da própria existência humana. Em enfrentamentos diretos às instituições do Estado ou não, milhares de mulheres negras foram atuantes para o fim da escravidão em suas vidas cotidianas e assinalaram a história das décadas finais da escravidão no Brasil com suas experiências singulares.

Abolicionismo como movimento social

Ao focar a influência da agência escrava no processo mais amplo da abolição, deparamo-nos com a ideia do abolicionismo enquanto um processo político que mobilizou diferentes esforços advindos das instituições políticas, do espaço público e do engajamento da população em geral. O trabalho da socióloga Angela Alonso (2014) é referência prioritária para a abordagem do tema por seu caráter de síntese sobre o conceito do abolicionismo enquanto movimento social.

Ao entender “movimento social” como uma rede de interações sociais construída no curso de um conflito capaz de alinhar indivíduos, eventos e associações entre limites fluidos e participantes voláteis (ALONSO, 2014, p.120), a pesquisadora atenta para o fato de esta é a maneira extraparlamentar de fazer

política. É a forma de ação a qual recorrem grupos sem acesso à política institucional para pressionar autoridades por via de manifestações públicas e confrontos.

Diferente de Alonso, porém, o presente artigo defende a ideia de que é necessário observar o caráter individual das lutas contra a instituição da escravidão como movimento de antiescravismo uma vez que estas ações são pensadas para romper a realidade pessoal do ser escravizado. Nos casos de Ovídia, Josepha, Pulquéria e Caetana citados anteriormente, houve enfrentamento direto às instituições regulamentadoras da escravidão como sistema político, econômico e cultural (Igreja, Tribunais de Justiça) e também confronto direto com os agentes da escravidão personificados na figura dos senhores proprietários (a fuga, a morte, o processo jurídico), mas de formas individuais.

Nesses casos, a luta cotidiana pode ser entendida como recurso para garantia da própria sobrevivência em condições melhoradas no contexto escravista em que estas mulheres negras estiveram inseridas. Outras mulheres como Maria Firmina dos Reis e Adelina Charuteira, no entanto, trazem novas perspectivas sobre ações individuais no palco no processo político da abolição por participarem coletivamente do processo abolicionista.

As quitandeiras e vendedoras ambulantes livres eram valorizadas por seu conhecimento, experiência, mobilidade nas cidades e contato com diferentes públicos. Por vezes extrapolavam suas funções de vendedoras para desempenhar outras como benzedeiras, líderes religiosas e mensageiras que mantinham contato com escravos fugidos e acesso a quilombos (DIAS, 1984, p.36). Um exemplo ímpar da atuação destas mulheres é o de Adelina Charuteira no Maranhão.

Como o próprio apelido sugere, Adelina vendia charutos avulsos nas ruas de São Luís e também para casas comerciais na condição de escrava urbana. Fruto de um estupro, foi feita escrava por seu próprio pai que era homem de posses e suas atividades na cidade permitiam a circulação nos mais variados espaços sociais e entre os mais variados grupos. Utilizava seus conhecimentos sobre as ruas da cidade, a facilidade de trânsito e a sua rede de relações para

informar abolicionistas do Largo do Carmo sobre ações dos escravocratas (MOTT, 1991, p.25).

Além disso, Adelina facilitou fugas de escravos nos entornos da capital maranhense participando da fundação do Clube dos Mortos – organização abolicionista radical do Maranhão que defendia e promovia a fuga do cativeiro (MOURA, 2004, p.102). Muitas sociedades abolicionistas foram criadas nas capitais e mesmo nas cidades menores de várias províncias, sobretudo entre os anos 1870 e 1880, organizando estudantes, ativistas, negros livres e escravizados em associações e clubes para travar debates contra a escravidão seja enquanto simpatizantes da causa, seja como militantes.

As associações e clubes abolicionistas participavam do que Ângela Alonso (2014, p.100) define como “ação de difusão” arregimentada e como “ação de confrontação” sob a forma da desobediência civil em criação de rotas de fuga e fugas orientadas, incitadas, promovidas e auxiliadas, a exemplo do Clube dos Mortos. A partir da década de 1870 o abolicionismo tornou-se movimento organizado em diferentes instâncias públicas - como a imprensa, a literatura e os órgãos judiciários - de forma acirrada no repertório das experiências políticas em escala internacional.

A questão decisiva para a época foi a emergência de uma camada de intelectuais que passou a se integrar cada vez mais no espaço público em defesa de uma bandeira política, a da abolição, como denominador comum e como catalizador das lutas e experiências de escravos, libertos e livres, muitos dos quais negros e mestiços (SALLES, 2011, p.274). Como observa Angela Alonso,

> Os abolicionistas brasileiros se inspiraram em formas de organização (associações específicas), espaços de expressão (parlamento, espaço público, clandestinidade) e estratégias de ação (manifestações públicas coletivas, iniciativas institucionais, ações de confrontação) que encontraram disponíveis. Mas o contexto nacional e a tradição política brasileira – instituições, valores e práticas de legitimação do *status quo* – circunscreveram suas opções e obrigaram a ajustes na transposição do repertório antiescravista estrangeiro. Isso se vê na construção de estratégias de ação (ALONSO, 2014, p.124).

Estratégias de ação tais como as que a abolicionista Maria Firmina dos Reis construiu no mesmo Maranhão de Adelina entre as décadas de 1860 a 1880. Não há registros de um possível contato entre as duas, mas pode-se supor

que o cenário dos comícios e debates abolicionistas aflorados na capital São Luís foi importante para delimitar os rumos das suas intervenções no tempo e espaço.

A rebeldia negra e o abolicionismo de Maria Firmina, parafraseando Lana Lage (1981), consistem na exaltação da negritude como forma de auto representação e de defesa da liberdade plena e imediata à população afro-brasileira pela via da literatura. Na escrita de Firmina, constatamos fatores que a permitiram aprofundar a consciência racial de si mesma e do sistema que a oprimia, enquanto ampliava as perspectivas da sua atuação divergente pelos trilhos do letramento à medida que emoldurava ao seu público leitor os horrores da escravidão na tentativa de torná-los sensíveis ao tema.

Foi a primeira romancista do Maranhão, a primeira mulher negra a escrever um livro no Brasil, a pioneira da literatura afro-brasileira, primeira professora pública de primeiras letras na vila de Guimarães e fundadora de uma escola mista, popular e gratuita na aldeia de Maçaricó. Em 1860 lança o livro *Úrsula, romance original brasileiro* no que Angela Alonso (2014, p.121) considera ação de difusão, isto é, o proselitismo do romance e do discurso a serviço da causa abolicionista. Construiu personagens negros dotados de memórias, histórias e denúncias, além de inaugurar a concepção da África como lugar de liberdade. Lembrando o fato de que era autodidata, a trajetória de Maria Firmina indica que o letramento foi um dos caminhos encontrado para moldar a liberdade almejada à população negra, seja sob a forma da literatura ou do exercício da educação popular na escola informal por ela criada.

O papel social da história

O recente movimento da historiografia em resgatar histórias de mulheres negras tem sido mobilizado pela promoção de análises não apenas das experiências femininas no passado. Podemos afirmar que sua preocupação, em linhas gerais, tem por base a ênfase na conexão entre a história passada e a prática atual, e pela necessidade da renovação constante do significado histórico tradicional sobre as mulheres evitando generalizações.

Convém situar a história das mulheres negras nos pilares do marxismo e da teoria feminista porque esta é uma via possível de promover algum tipo de lição à vida prática através da disciplina histórica, aprender com a história. A experiência prática tem provado que os progressos obtidos na libertação da mulher resultam dos sucessos obtidos no combate ao racismo, ao sexismo e à exploração do homem pelo homem na busca pela construção de novas condições de vida e de sociedade.

Deve-se, então, ter a clareza de que as ações dos grupos subalternos, das camadas populares, afetavam os grupos dominantes mesmo em ações e lutas fragmentadas. Situar a população negra historicamente, sobretudo no século XIX durante o processo da abolição, é vê-la como sujeitos e agentes coletivos dinâmico/radical desde a origem da escravidão no Brasil. Lembrá-la não só pelas formas da violência, mas também pela força da resistência e dos caminhos de liberdade criados para uma nova configuração da realidade.

Significa dizer que ser negro era sinônimo de dificuldade nos tempos de Caetana, Adelina, Pulquéria, Ovídia, Josepha e Firmina, mas não só isso. Era também sinônimo de reinvenção e ressignificação. E se a luta de classes é alimentada pelas contradições entre os grupos sociais, devemos lançar luz sobre a resistência por parte das camadas populares em todo o movimento da história para que, assim, não haja força no silêncio capaz de obscurecer tradições, ideias, personagens ou grupos sociais.

Observar a correlação entre a classe, o gênero e a raça permite perceber como a raça e o gênero não são componentes aquém nem além do capital, mas sim partes fundamentais do seu metabolismo social que organizam a vida cotidiana de mulheres, negros e membros das classes populares nas margens da sociedade. O imperativo para adequar o conceito da interseccionalidade aos estudos em história das mulheres é o de que os agentes históricos ocupam lugar na estrutura das relações de produção e por elas são mobilizados a agir no cenário político, econômico e social.

À exemplo dos nomes citados, as mulheres negras agiram em seu tempo e seu espaço de modo a responder uma dinâmica própria de opressões conforme os instrumentos a elas disponíveis para confrontar tal dominação escravista e o colonialismo que as colocavam à margem da sociedade. Ecoava

também o “não”: não aceito, não concordo, não quero. Não ao desprezo, à indignidade, à exploração e ao assassinato do que há de mais humano no homem: a liberdade. Cada qual a seu modo, as mulheres aqui relembradas despertam reflexões e novas lentes de análise acerca do século XIX a partir de uma perspectiva singular: feminina, negra e popular.

O exemplo destas mulheres que mobilizaram esforços, promoveram campanhas, disputaram ideias e enfrentaram instituições esclarece que as lutas cotidianas causavam, de fato, interferências diretas na configuração do mundo escravista até a sua abolição em 1888. As condições atuais da luta política da população negra contra o racismo, a desigualdade social e a opressão de gênero no Brasil exigem do pensamento marxista um extraordinário desenvolvimento da sua capacidade de reconhecer as diferenças e levar em conta todos os matizes em sua percepção de fenômenos.

Não obstante, é preciso ter clareza de que não é possível ensinar a história do Brasil sem incluir a história da população afro-brasileira, lembrando que esta possui condições históricas diferentes e desiguais entre os demais grupos. Sem perder de vista a relevância social da história e as implicações políticas da análise do historiador, não parece razoável relegar ao esquecimento ou a poucas linhas toda uma história marcada por dramas, dificuldades e experiências inerentes especificamente às mulheres negras que constituía – e constituem - grande parcela da população brasileira.

A recordação sobre histórias de mulheres ora moldada é apenas um ensaio historiográfico diante da imensidão de trajetórias de mulheres negras quilombolas, cativas, livres e libertas dotadas de instrumentos vários na luta antiescravista e abolicionista ao longo dos quase quatro séculos de escravidão no país. Trajetórias estas que já contam hoje com copiosa bibliografia, tal qual a proposta da obra *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós abolição* (2012), mas que merecem dedicação e afinco dos pesquisadores para receberem cada vez mais visibilidade e tornarem-se referência de protagonismos femininos e negros.

Referências

ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Lívia; BRASIL, Eric. **Cultura negra.** Vol. 1. Festas, carnavais e patrimônios negros. Niterói: Eduff, 2018.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Etíope resgatado:** abolicionismo e suas conexões internacionais. São Paulo: Annablume, 2016.

BARROS, José Costa D'Assunção. **Teoria da história** – os paradigmas revolucionários. Vol 3. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BORGES, Rosane. Feminismos negros e marxismo: quem serve a quem? **Margem Esquerda Revista da Boitempo***,* n.27,2º sem, 2016

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravidão e Abolição no Brasil:** novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados***,* São Paulo, v.17, n.19, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Visões de liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia.** 5ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade:** mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo***,* Rio de Janeiro, n.23, jan/jul, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Boitempo, 2014.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Mulherio**, São Paulo, ano II, n. 7, mai/jun., 1982.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não:** histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. **Liberata – a lei da ambiguidade:** as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciências Política***,* São Paulo, n.16, 2015.

HOUFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LARA, Silvia Humbold. **Campos da violência:** escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LENIN, Vladimir Ilich. **Imperialismo – fase superior do capitalismo.** São Paulo: Global Editora, 1979.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). **Revista Afro-Ásia***,* Salvador, n.42, p.157-193, 2010.

MACHEL, Samora. “Os fundamentos da alienação da mulher”. In: MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi. **Revolução africana**: uma antologia do pensamento marxista. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

MARQUESE, Rafael Bivar; SALLES, Ricardo (orgs). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX.** Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATOS, Maria Izilda de. Da invisibilidade ao gênero: percursos e possibilidades nas Ciências Sociais contemporâneas. **Revista Margem***,* São Paulo, n.15, 2002.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e resistência.** A mulher na luta contra a escravidão. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MOURA, Clóvis (org). Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Revista Afro-Ásia***,* São Paulo, n. 14, 1983.

_____. O racismo como arma ideológica de dominação. **Edição 24***,* ago/set/out, 1994.

_____. **Dicionário da escravidão negra no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2004.

NEPOMUCENO, Bebel. "Mulheres Negras – Protagonismo Ignorado". In: PINSKY, Carla Bassenezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres.** São Paulo: Editora Contexto, 2013.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). **Revista de Indias***,* v. LXXI, n.251, 2011.

SANTOS, Joel Rufino dos. Culturas negras, civilização brasileira. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional***,* Rio de Janeiro, v.25, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, jul – dez, 1995.

SEIXAS, Jacy Alves de (org). **Razão e paixão na política.** Brasília: EdUnB, 2002.

TELLES, Norma. "Escritoras, escritas, escrituras". In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. "La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?". In:__. **Tradición, revuelta y consciencia de clase:** estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona, Crítica, 1989.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.** 2ª ed. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

XAVIER, Giovana [et al]. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.